

Ceres Securitizadora S.A.

Relatório do auditor independente sobre demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório da administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da Ceres Securitizadora S.A. para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 e para o período de 30 de março de 2021 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021	15



CERES SECURITIZADORA S.A.

CNPJ/ME: 41.534.746/0001-62

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A administração da CERES Securitizadora S.A. (“Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e a Demonstração Contábil relativo ao período social compreendido em 2022.

APRESENTAÇÃO:

A Companhia é uma sociedade por ações cujo objeto social é a aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários e do agronegócio.

A Companhia se encontra em fase pré-operacional, porquanto pleiteia junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o registro de companhia aberta categoria “B”, nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme em vigor, que é condição fundamental para o exercício, pela Companhia, das atividades de securitização de valores mobiliários.

PARECER DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Os Diretores declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras, bem como com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

Além disso, os Diretores informam que os auditores independentes da Companhia não prestam outros serviços que não os relacionados com auditoria externa, assegurando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou de falta de independência dos auditores.

Uberaba - Minas Gerais, 29 de março de 2023.

Guilherme Rodrigues da Cunha
Presidente / Diretor de RI



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Ceres Securitizadora S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Ceres Securitizadora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ceres Securitizadora S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas de serviços prestados

(Conforme Nota Explicativa nº 1 – Contexto Operacional)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a principal atividade da Securitizadora é a aquisição e a securitização de Certificado de Recebíveis do Agronegócio. No âmbito de sua atividade, conduz a estruturação, emissão e a colocação das operações de securitização. Além disso, é a responsável pelo gerenciamento destes recebíveis, bem como os respectivos pagamentos aos investidores. Devido a relevância desta transação para a Securitizadora, e o gerenciamento do reconhecimento, mensuração e adequação das operações divulgadas como informações complementares, consideramos este assunto relevante para a nossa auditoria.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista ser o processo de reconhecimento de receitas, além de área crítica e de risco, tratar-se de rubrica de significativo impacto nas demonstrações contábeis da Securitizadora, sendo os procedimentos de auditoria de maior complexidade, dado ao tempo envolvido na análise das operações, leitura de contratos, entre outros aspectos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: (i) testes documentais, por amostragem, para os recebimentos financeiros oriundos de receitas de serviços prestados;; (ii) liquidação financeira por amostragem dos valores recebidos durante o exercício; (iii) teste de aderência entre as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis; e (iv) análise da aderência das divulgações efetuadas das demonstrações contábeis e ao atendimento dos requisitos estabelecidos pela Instrução CVM nº 60/2021.

Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Securitizadora para reconhecimento dos ativos e o resultado obtido no exercício foram adequados no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Securitizadora.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para /planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

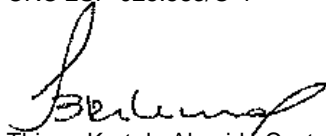
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2023.

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Thiago Kurt de Almeida Costa Brehmer
Contador CRC 1SP-260.164/O-4

CERES SECURITIZADORA S/A

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>4</u>	181.630	189	Obrigações Fiscais	<u>7</u>	31.800	62
Impostos a Recuperar	<u>5</u>	-	62	Obrigações Trabalhistas	<u>8</u>	7.817	-
Despesas a Apropriar	<u>6</u>	9.734	-	Parte Relacionadas	<u>9</u>	-	26.614
				Total do passivo circulante		39.617	26.676
				Patrimônio Líquido			
				Capital social subscrito	<u>11</u>	10.000	10.000
				Lucros/ (Prejuízos) Acumulados		88.295	(36.425)
				Reserva Legal	11	8.909	-
				Reserva de Lucros	11	44.543	-
				Total do patrimônio líquido		151.747	(26.425)
Ativo Total		191.364	251	Total do Passivo e patrimonio Liquido		191.364	251

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CERES SECURITIZADORA S/A

Demonstrações dos resultados do

Exercício de 31 de dezembro de 2022 e do período de 30 de março (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em reais, exceto quando apresentado de outra forma)

<u>Descrição da Conta</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>30/03/2021 a</u> <u>31/12/2021</u>
Receita operacional líquida	13	449.303	-
Custos da operação	13	(13.951)	-
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	<u>15</u>	(218.073)	(20.381)
Impostos e taxas		(70.427)	(15.436)
Resultado antes do resultado financeiro		146.852	(35.817)
Receitas financeiras	<u>14</u>	7	-
Demais receitas	<u>14</u>	117.508	-
Despesas financeiras	<u>14</u>	(2.427)	(608)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		261.940	(36.425)
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda		(57.939)	-
Contribuição social		(25.829)	-
Resultado líquido do exercício/período		178.172	(36.425)
Quantidade de ações		10.000	10.000
Resultado por ação		17,81	(3,64)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CERES SECURITIZADORA S/A

Demonstração do resultado abrangente

Exercício de 31 de dezembro de 2022 e do período de 30 de março (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em reais)

<u>Descrição da Conta</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício/Período	178.172	(36.425)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Resultado Abrangente do Exercício/Período	178.172	(36.425)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CERES SECURITIZADORA S/A

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício de 31 de dezembro de 2022 e período de 30 de março (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Reserva Legal</u>	<u>Reserva Lucros</u>	<u>Lucros (Prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 30 de março de 2021 (data de início das atividades)	<u>-</u>	<u></u>	<u></u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Integralização de Capital	10.000			-	10.000
Prejuízo líquido do período	-			(36.425)	(36.425)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>10.000</u>	<u></u>	<u></u>	<u>(36.425)</u>	<u>(26.425)</u>
Lucro líquido do exercício	-			178.172	178.172
Constituição da Reserva Legal		8.909		(8.909)	-
Constituição da Reserva de Lucros			44.543	(44.543)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>10.000</u>	<u>8.909</u>	<u>44.543</u>	<u>88.295</u>	<u>151.747</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CERES SECURITIZADORA S/A

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício de 31 de dezembro de 2022 e do período de 30 de março

(data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício/período	178.172	(36.425)
Variações nos ativos e passivo		
(Aumento) redução em impostos a compensar	62	(62)
(Aumento) redução em despesas a apropriar	(9.734)	-
Aumento (redução) em credores diversos	(26.614)	26.614
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	31.738	62
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas	7.817	-
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades operacionais	181.441	(9.811)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Integralização de Capital	-	10.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	-	10.000
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	181.441	189
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício/período	189	-
No fim do exercício/período	181.630	189
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	181.441	189

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CERES SECURITIZADORA S/A

Demonstração do valor adicionado

Exercício de 31 de dezembro de 2022 e do período de 30 de março (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas		
Receita bruta de serviços	495.100	-
Outras receitas	117.515	
Impostos incidentes	(45.797)	-
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços prestados por terceiros	(13.951)	(13.830)
Outras despesas operacionais	(218.073)	(6.551)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	334.794	(20.381)
Valor adicionado recebido em transferência		
Valor adicionado a distribuir	334.794	(20.381)
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	(154.195)	(15.436)
Despesas financeiras	(2.427)	(608)
(Lucros retidos) prejuízo do exercício/período	(178.172)	36.425
Valor adicionado distribuído	(334.794)	20.381

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis da CERES SECURITIZADORA S/A para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022 e para o período de 30 de março de 2021 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em reais exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A CERES SECURITIZADORA S/A (“Companhia”) com sede em Uberaba – MG, na Avenida Edilson Lamartine Mendes, nº 536, Pavimento Superior, Sala 02, Bairro Parque das Américas, CEP 35.045-000, foi constituída no dia 30 de março de 2021.

Uma empresa cuja o objeto social é a aquisição e a securitização de créditos oriundos de operações praticadas pelo Cedente e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução nº 2.686, de 26 de janeiro de 2000, do CMN; a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A administração efetua uma avaliação da capacidade de continuidade da Companhia as suas atividades durante a elaboração das informações intermediárias. A Companhia está adimplente em relação às cláusulas de dívidas e compromissos financeiros na data da emissão dessas informações intermediárias e a Administração não identificou incerteza relevante sobre a capacidade de continuidade da Companhia as suas atividades nos próximos 12 (doze) meses, tendo em vista que a previsão geração de caixa positiva em suas atividades, e que a sua controladora garante os aportes de recursos necessários para que a Companhia possa fazer face aos pagamentos das suas obrigações.

Até 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantém as seguintes emissões de CRA:

Ano	Operação	Emissão	Séries	Cód. CETIP	Valor	Emissão
2022	Ura Agro FIDC	1ª	1,2	CRA022002GX CRA022002GY	R\$ 16.715.000,00	24/02/2022
2022	Futura Insumos Agrícolas	2ª	1,2,3	CRA022004MP CRA022004MQ CRA02200MR	R\$ 30.000.000,00	29/04/2022
2022	Syagri Agrongócios	3ª	1,2	CRA022005PL CRA022005PM	R\$ 20.335.000,00	20/05/2022
2022	Gonçalves e Silva (Semeagro)	4ª	1,2	CRA022007VN CRA0220080X	R\$ 10.625.000,00	21/07/2022
2022	Forte Agro	5ª	1,2,3	CRA022008NG CRA022008NI PRIVADA	R\$ 25.000.000,00	15/07/2022
2022	Tecplante Produtos Agrícolas	6ª	1,2	CRA022008YF PRIVADA	R\$ 16.000.000,00	31/08/2022
2022	Via Agrícola	7ª	1	-	R\$ 10.670.000,00	01/09/2022
2022	Hortsoy Comércio e Representações	8ª	1,2	CRA02200BF7 CRA02200BF8	R\$ 60.000.000,00	31/11/2022
2022	Esteio Rural	9ª	1,2	CRA02200D49 CRA02200D4A	R\$ 25.000.000,00	01/12/2022
2022	Ura Agro FIDC II	10ª	1	CRA02200EYX	R\$ 31.032.000,00	16/12/2022
2022	Alvoar Lácteos	11ª	1,2	CRA02200E76 CRA02200E77	R\$ 50.000.000,00	16/12/2022
2022	Biopar Produção de Biodiesel Parecis	12ª	1,2	CRA02200EYY CRA02200EYZ	R\$ 35.000.000,00	20/12/2022
2022	Ura Agro FIDC II	13ª	1	CRA02200FFM	R\$ 22.526.000,00	22/12/2022

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de apresentação

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Board* (IASB).

As Demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

2.2. Principais Práticas Contábeis

2.2.1 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo o efeito das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.2.2 Caixa e equivalentes de Caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.2.3 Provisões, ativos e passivos contingentes

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

2.2.4 Classificação e mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus fluxos de caixa.

o Custo amortizado: O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para qualquer provisão para perda de crédito esperada. Estão classificados nesta categoria os créditos a receber e outros ativos.

o Valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. Estão classificados nesta categoria os Caixas e Equivalentes de Caixa e caixa restrito.

2.2.5 Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados a valor justo ou mantidos a custo amortizado. Os seguintes passivos financeiros são classificados a Custo Amortizado: Fornecedores e Debêntures.

2.2.6 Imposto de Renda e Contribuição Social

Empresa optante pelo sistema/critério de Lucro Real, o imposto de renda (15% + 10% adicional caso a base de cálculo ultrapasse o limite estabelecido) e a contribuição social (9%) sobre o lucro são determinados a partir do lucro contábil, apurado pela pessoa jurídica, acrescido de ajustes (positivos e negativos) requeridos pela legislação fiscal.

2.2.7 Constituição de Reservas e Distribuição de Dividendos

Ao final de cada exercício social é levantado o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, observando-se, quanto ao resultado, as seguintes disposições: (a) do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e contribuição social; (b) do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (c) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, no mínimo, será distribuído como dividendo mínimo obrigatório. Parágrafo Único: A destinação do saldo dos resultados será aprovada pela Assembleia Geral da Companhia.

3. Gestão de Risco

Alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a. Risco de mercado

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco é minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de baixo risco, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

b. Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes que os levem a não honrar os seus compromissos assumidos com a Companhia. A Companhia não possui coobrigação nas emissões de recebíveis realizadas, dessa forma, o risco se torna minimizado e referente as prestações de serviços sobre a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou outro título.

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido pela possibilidade de escassez de caixa, o que pode acarretar incapacidade de a Companhia honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia realiza constante acompanhamento do grau de descasamento entre os fatores de risco primário, taxas e prazos entre os ativos e passivos da carteira.

A Companhia mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade de seus ativos, e do controle do risco adotados como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo, limites de risco e plano de contingência de liquidez.

d. Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022 e 2021, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, como demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	181.630	189
Total	181.630	189

5. Impostos a Recuperar

Em 31 de dezembro de 2022, não existem valores em aberto com impostos a recuperar, os mesmos foram recuperados dentro de 2022. Como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IRRF a Recuperar	-	15
PIS/COFINS/CSRF a Recuperar	-	47
Total	-	62

6. Despesas a Apropriar

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Seguros a Apropriar	9.734	-
Total	9.734	-

Valores a referente a Apólice de seguros adquirida com vigência de 01/06/2022 a 01/06/2023.

7. Obrigações Fiscais

Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações fiscais estão representadas por valores a serem recolhidos no total de R\$ 31.800 e em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$ 62. É como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
IRRF a Recolher	29	15
CSRF/PIS/Cofins a Recolher	88	47
CSLL a Recolher	8.275	-
IRPJ a Recolher	15.319	-
Cofins a Recolher	6.313	-
PIS a Recolher	1.370	-
INSS a Recolher	406	-
Total	31.800	62

8. Obrigações Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022, as obrigações trabalhistas estão representadas por valores a serem recolhidos no total de R\$ 7.817. É como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Pro Labore a Pagar	7.817	-
Total	7.817	-

9. Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, não existem valores em aberto com partes relacionadas, os mesmos foram quitados dentro de 2022. Como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
CERES INVESTIMENTO E CONSULT. LTDA.	-	15.444
GC CONSULTORIA ESTRATEGICA LTDA.	-	445
JGC HOLDING ESTRATEGICA LTDA.	-	10.725
Total	-	26.614

10. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e não registrou, em 31 de dezembro de 2022 e no período de 30 de março de 2022 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2021, qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é de R\$10.000 divididos em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal sem ações em tesouraria, integralizado em sua totalidade em 31 de março de 2021. A companhia apresentou em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R\$ 10.000, sendo este a mesma composição da data base. Conforme descrito abaixo.

Acionistas	Ações em 31/12/2022	Percentual em 31/12/2022	Ações em 31/12/2021	Percentual em 31/12/2021
F.F.S CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA.	5.000	50%	5.000	50%
JGC HOLDING EMPRESARIAL LTDA.	5.000	50%	5.000	50%
Total	10.000	100%	10.000	100%

b) Reserva Legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, é aplicado 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados. No exercício de 31 de dezembro de 2022 foi constituído o montante de R\$ 8.909 (Em 2021 – não houve constituição).

c) Reserva de lucros/dividendos

É aplicável que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, no mínimo, é distribuído como dividendo mínimo obrigatório. Em 31 de dezembro de 2022, não houve distribuição de dividendos e o saldo foi destinado para constituição de reserva de lucros até que seja deliberado em assembleia.

12. IRPJ e CSLL

A Companhia é optante pelo sistema/critério de Lucro Real, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são determinados a partir do lucro contábil, apurado pela pessoa jurídica, acrescido de ajustes (positivos e negativos) requeridos pela legislação fiscal.

No exercício corrente não teve incidência de crédito tributário não reconhecido, houve incidência de IRPJ e CSLL conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	Valor 31/12/2022	Valor 31/12/2021
1)- Receita Bruta:	495.100	-
B) Prestação de Serviços	495.100	-
(-) Impostos incidentes	(45.797)	-
(=) <i>Receita Líquida</i>	449.303	-
2)- Custos:		
(+) Custo financeiro	(13.951)	-
3)- Despesas:		
Despesas do Período/exercício	(290.927)	(36.425)
4)- Resumo		
Receita Líquida	449.303	-
(+) Outras Receitas	117.515	-
(-) Custo Financeiro	(13.951)	-
(-) Despesas Acumuladas	(290.927)	(36.425)
(=) <i>Lucro (prejuízo) Líquido Apurado</i>	261.940	(36.425)
5)- Apuração da Base de Cálculo:		
Lucro Líquido Apurado	261.940	-
(x) 15% IRPJ (+10% adicional)	57.939	-
(-) IRRF s/ Aplicacoes /Serviços	1.669	-
(=) IRPJ a Pagar	56.270	-
(x) 9% CSLL	25.829	-
Total IR e CSLL	83.768	-
Resultado Líquido do Exercício	178.172	(36.425)

13. Receitas Operacionais

Descrição	31/12/2022	30/03/2021 a 31/12/2021
Receitas Operacionais (i)	495.100	-
Impostos Incidentes	(45.797)	-
Custos de operação (ii)	(13.951)	-
Total	435.352	-

- (i) Receitas referente a remuneração correspondente a emissão e administração dos Certificados Recebíveis do Agronegócio (CRA) vigentes, referente às competências de maio de 2022 a dezembro de 2022.

- (i) Refere-se a custos de emissão de CRA

14. Outras Receitas

Descrição	31/12/2022	30/03/2021 a 31/12/2021
Outras Receitas	117.508	-
Outras Receitas (i)	1.668	-
Recuperação de Despesa (ii)	115.840	-
Receitas Financeiras (iii)	7	-
Despesas financeiras (iv)	(2.427)	-
Total	115.088	-

- (i) Valores foram reconhecidos como IRRF retidos em aplicações financeiras incorridas no patrimônio separado de 1ª emissão, findo em 10/2022 e posteriormente utilizados como dedução na apuração do IRPJ do período do 4º trimestre do ano vigente.
- (ii) Valores a recebidos a título de reembolso de despesas do CRA de 1ª Emissão findo em 10/2022.
- (iii) Valores decorrentes de atualização monetária calculada via “PER-DCOMP” realizada em 10/2022.
- (iv) Valor composto por tarifas bancárias e juros pagos sobre mútuos quitados em 2022.

15. Despesas administrativas e gerais

Despesas incorridas no período listadas a seguir:

Descrição	31/12/2022	30/03/2021 a 31/12/2021
Serviços de Terceiros (i)	196.628	13.830
Despesas de Marketing	-	5.451
Despesas Registro de Marcas e Patentes	-	1.100
Despesas de Pessoal	10.393	-
Despesas com Seguros	9.734	-
Despesas Cartoriais/Certificados	1.318	-
TOTAL	(218.073)	(20.381)

(i) Despesas administrativas e gerais compostas pelos pagamentos de prestações de serviços de pessoas jurídicas como honorários contábeis, honorários advocatícios, despesas cartoriais, custos com emissões de Certificados Recebíveis do Agronegócio.

16. Relação com auditores

Em atendimento à Instrução-CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, contratou a Grant Thornton Auditores Independentes Ltda somente para a prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço à Companhia.

17. Outros assuntos

Com relação a eventos subsequentes, também em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a companhia analisou e não foi percebido quaisquer alterações drásticas na operação da companhia, visto que possíveis impactos econômicos só trariam reflexos consideráveis, em datas futuras, e não tendo base concreta ou confiável para demonstrar os efeitos considerando os impactos da COVID-19 em nossos negócios.

18. Eventos Subsequentes

- Emissão do termo de securitização de direitos creditórios do agronegócio para emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série unica da 14 (Décima quarta) emissão da CERES SECURITIZADORA S.A., lastreados em direito creditórios do agronegócio cedidos pelo URA AGRO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS, ocorrido em 06 de janeiro de 2023 com as integralizações ocorridas em “16 de janeiro de 2023”.
- Emissão do termo de securitização de direitos creditórios do agronegócio para emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série unica da 15 (Décima quinta) emissão da CERES SECURITIZADORA S.A., lastreados em direito creditórios do agronegócio cedidos pelo URA AGRO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS, ocorrido em 06 de janeiro de 2023 com as integralizações ocorridas em “16 de janeiro de 2023”.
- Integralização do termo de securitização de direitos creditórios do agronegócio para emissão de certificados de recebíveis do agronegócio, em série unica da 13 (Décima terceira) emissão da CERES SECURITIZADORA S.A., lastreados em direito creditórios do agronegócio cedidos pelo URA AGRO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS, ocorrido em 22 de dezembro de 2022 com as integralizações ocorridas em “06 de janeiro de 2023”.
- A Lei nº 6.404/76 prevê que a deliberação das contas da administração se dará nos quatro primeiro meses após o término do Exercício Social. Contudo, em abril de 2023 haverá a realização da assembleia para deliberação dos acionistas aprovando a distribuição dos lucros classificados em Reserva de Lucros no Exercício de 2022.

* * *

Wilson Gomes Marta
Téc.Cont. CRC/MG 016.214/O
C.P.F.: 074.200.806-15
Excelsior Contabilidade Ltda
Registro Nº MG-004578/O - O
Pç Rui Barbosa, 300 CJ 302/310
Centro - CEP: 38010-240 Uberaba/MG

CERES SECURITIZADORA S/A
C.N.P.J.: 41.534.746/0001-62
Guilherme Rodrigues da Cunha
C.P.F.: 073.848.326-59
R.G.: MG-13.051.152 SSP/MG